

A [Sociedade Brasileira de Pediatria \(SBP\)](#) está com uma campanha alertando para os riscos da exposição excessiva de crianças e adolescentes a exames de diagnóstico por imagem, como tomografias computadorizadas e raios x, como mostra [reportagem da revista IstoÉ](#).

Claro, esses exames são extremamente úteis à prática médica e essenciais para diversos diagnósticos. Contudo, também é um fato que muitos dos exames de imagem emitem radiação nociva à saúde do paciente. Assim, pensando na qualidade assistencial, é fundamental que esses exames só sejam solicitados quando absolutamente necessários. Além disso, é preciso racionalidade na hora de determinar que exame realizar. Muitas vezes, um raio x pode solucionar a questão, sem a necessidade de exames complementares. Em outros casos, por exemplo quando a tomografia é fundamental, não há necessidade de se fazer também um raio x. Ou seja, é preciso racionalidade.

Apesar de a principal preocupação com o uso exagerado desses exames se dar pela questão da saúde do paciente, é fundamental que consideremos também o custo desses procedimentos. Além de representar um risco desnecessário, exames que não são essenciais para o diagnóstico determinam custos financeiros para as operadoras, para o SUS e também para o paciente que opta por arcar com as despesas médicas do próprio bolso. Recursos que poderiam ser melhores aplicados em tratamentos e exames realmente necessários.

Ainda falando de custos, há que se considerar os valores de obtenção e manutenção desses equipamentos. Afinal, se eles estão sendo utilizados além do necessário, certamente irão gerar gastos adicionais para laboratório e hospitais, elevando os custos médico-hospitalares.

No mesmo sentido, é possível questionar se a quantidade de equipamentos adquirida e mantida para atender uma quantidade de exames maior do que a ideal não representa outro custo desnecessário para o setor (tanto público quanto privado). A resposta, certamente, é sim. No [TD 51 – “PIB estadual e Saúde: riqueza regional relacionada à disponibilidade de equipamentos e serviços de saúde para setor da saúde suplementar”](#) – há mais de 1,7 mamógrafo para cada grupo de 100 mil pessoas em ao menos 10 estados brasileiros, quando a recomendação do Ministério da Saúde é de 0,42 mamógrafo para cada 100 mil pessoas. Apenas para comparação, o Reino Unido conta com 0,88 mamógrafo por 100 mil pessoas.

Por fim, há a questão do pessoal qualificado que é alocado para operar esses equipamentos de diagnóstico e avaliar uma quantidade de exames maior do que seria necessário ao invés de atender pacientes que realmente precisam de atenção. Mais um impacto financeiro e, pior, na qualidade assistencial.

Aproveitando que estamos no Outubro Rosa, vale lembrar que é a mamografia, apesar de ser o único método eficaz de confirmação do câncer de mama, também oferece riscos para as mulheres e não deve ser usado de maneira imprudente. Isso porque, assim como ocorre com diversos exames de imagem, a radiação do mamógrafo pode aumentar a chance de desenvolvimento de doenças, como aponta o estudo vencedor do [V Prêmio IESS de Produção Científica em Saúde Suplementar](#) na categoria Promoção da Saúde e Qualidade de Vida, “Análise da Utilização de Mamografia e seus Desdobramentos em um Plano de Autogestão de Saúde” (http://iess.org.br/cms/rep/2015versocompletaparaiess_2pkmxfyf.pdf), de Marcia Rodrigues Braga (já abordado [aqui no Blog](#)). Um risco que muitas mulheres ainda desconhecem e que, infelizmente, muitos médicos esquecem de informar. Para saber mais sobre o assunto, vale ler nosso post sobre [“Saúde da mulher no Brasil”](#).

Fonte: IESS, em 17.10.2018.